

Primeira Mão

Edição 986

FUP - Filiada à CUT, CNQ e DIEESE

15 a 21/04/2011

Petroleiros fundam sindicato no Maranhão e ampliam unidade em torno da FUP



No último dia 12, os trabalhadores do Sistema Petrobrás que atuam no Maranhão aprovaram em assembléia o estatuto de fundação do Sindicato dos Petroleiros do Maranhão. Os trabalhadores elegeram a Diretoria Provisória do Sindipetro, que terá mandato inicial de 12 meses e aprovaram a filiação da nova entidade à FUP, que, a partir de agora, passa a contar com 13 sindicatos em todo o país. O Sindipetro-MA está funcionando, provisoriamente, na sede da CUT, em São Luís.

O estado do Maranhão conta atualmente com um terminal da Transpetro e uma unidade administrativa da Petrobrás, além da refinaria Premium, que a estatal já iniciou as

obras, com previsão de conclusão em setembro de 2013. A refinaria será a maior da América Latina, com capacidade de processamento de 600 mil barris de petróleo por dia.

A fundação do Sindipetro-MA atende aos anseios dos trabalhadores locais, que vinham cobrando uma representação sindical efetiva e com autonomia para que possam se organizar na luta por seus direitos e reivindicações. A filiação à FUP foi uma decisão maciça dos trabalhadores, que, em suas intervenções, ressaltaram a importância da unidade nacional em torno de uma entidade que é referência na história sindical do país, tanto pelas greves históricas que liderou, como

pela defesa intransigente da soberania nacional.

A FUP parabeniza os trabalhadores do Maranhão por fortalecerem a organização da categoria petroleira, fundando um sindicato democrático, autônomo e que já nasce com a bandeira da unidade nacional. A Federação também destaca a solidariedade e empenho dos petroleiros de Pernambuco, que, através do Sindipetro, deram todo o suporte e apoio necessários para que os companheiros do Maranhão pudessem se organizar. Sejam bem vindos à FUP e sigamos juntos na luta por melhores condições de trabalho, segurança, salários e um país soberano e com justiça social.

Movimentos sociais retomam luta contra leilões de petróleo

Lideranças de diversos movimentos sociais, entre eles a FUP e seus sindicatos, participaram da V Plenária Nacional da campanha “O petróleo tem que ser nosso”. O encontro foi realizado em Minas Gerais, entre os dias 07 e 08 de abril, e discutiu, entre outras questões, a necessidade de novas mobilizações para barrar a continuidade dos leilões para concessão das reservas de petróleo e gás ao setor privado. Os movimentos sociais apontaram a realização de um grande ato nacional unificado, cuja data e local ainda serão divulgados. A plenária também retomou a construção da unidade das forças populares em torno da luta pelo monopólio estatal do pe-

tróleo, discutindo novos instrumentos de massificação do Projeto de Lei 531/2009, que está em tramitação no Senado.

11ª Rodada em xeque - em entrevista à Agência de Notícias Reuters, o diretor geral da ANP, Haroldo Lima, informou que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) se reunirá no próximo dia 28 de abril para discutir a realização da 11ª rodada de licitações. O leilão está previsto para ocorrer em agosto e poderá incluir áreas petrolíferas localizadas no mar. Em março, a FUP reuniu-se com o ministro das Minas e Energia, Edson Lobão, para cobrar a suspensão dos leilões de concessão de petróleo e gás.

Plataforma terceirizada afunda no Golfo do México

Um ano após o vazamento de óleo na plataforma contratada pela BP, que causou o maior desastre ambiental da indústria de petróleo, um novo acidente no Golfo do México provou o afundamento parcial de uma plataforma habitação. O acidente ocorreu no último dia 12 e, por sorte, os 713 trabalhadores que estavam a bordo foram resgatados e desalojados a tempo. A plataforma, assim como no caso da BP, era também terceirizada, contratada pela Pemex, compa-

nhia mexicana de petróleo. Segundo a empresa, “foi detectado um incidente mecânico aparentemente em uma válvula de controle da plataforma”. Qualquer semelhança com a Petrobrás, não é mera coincidência. Aqui como lá, a precarização das condições de segurança e trabalho nas plataformas, aliada à intensa terceirização de atividades permanentes, como as de manutenção, colocam em risco constantemente os trabalhadores e o meio ambiente.

Halliburton volta atrás em demissão de trabalhador inscrito em chapa sindical

Numa clara ação antissindical, a Halliburton demitiu na última semana o petroleiro Dimas Francisco da Fonseca, 44 anos, integrante de uma das chapas que disputa a próxima direção do Sindipetro-NF. O sindicato entrou em contato com a empresa e exigiu a reversão imediata da demissão, ressaltando que a legislação garante estabilidade no emprego aos trabalhadores inscritos para disputas em eleições sindicais. O artigo

8º da Constituição é bem claro: “É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical (...)”. Pressionada, a Halliburton voltou atrás, reviu sua atitude arbitrária e readmitiu o trabalhador. Atitudes autoritárias como estas ferem a liberdade de organização e representação sindical dos trabalhadores e devem ser contestadas e denunciadas.



Histórias de conquistas da **Unidade Nacional** na FUP

Novo plano de cargos

A luta dos trabalhadores do Sistema Petrobrás por um plano de cargos e carreiras democrático e que coibisse privilégios e discriminações sempre pautou a FUP e seus sindicatos. O antigo PCAC foi construído e implementado sem qualquer discussão com os trabalhadores. No final dos anos 80 e início dos anos 90, o plano chegou a passar por reestruturações, mas acabou sendo alterado pelas antigas gestões de cima para baixo, com base em critérios totalmente subjetivos. Com o avanço do modelo neoliberal, o antigo PCAC tornou-se o principal instrumento de pressão, coação e punição das gerências, principalmente após a greve de 95, quando o governo FHC acabou com o avanço de nível automático e congelou as carreiras de cerca de dez mil petroleiros. O plano de cargos, em vez de garantir a ascensão na carreira para todos os trabalhadores, passou a ser utilizado pelas gerências como instrumento de controle da categoria. Com luta, organização e unidade nacional, a FUP e seus sindicatos conquistaram nos Acordos Coletivos de 2004 e de 2005 o compromisso da direção da Petrobrás de discutir e construir conjuntamente com as representações dos trabalhadores um novo PCAC. Foi preciso muita pressão e mobilização para que a empresa cumprisse o prometido levando adiante o grupo de trabalho, com participação da FUP e do Dieese. Os trabalhadores enfrentaram diversas batalhas ideológicas com os gestores da Petrobrás até que conquistassem, na luta, as principais reivindicações da categoria ao longo da construção e apresentação da proposta final do novo PCAC. A FUP cobrava um plano de cargos que garantisse mobilidade para todos os trabalhadores, alternando merecimento com antiguidade, e que reparasse as discriminações e injustiças sofridas pela maior parte da categoria. Além disso, a FUP tensionou os dirigentes da Petrobrás para que o novo PCAC abrangesse todos os trabalhadores do Sistema (inclusive a Transpetro) e garantisse o descritivo dos cargos, impedindo a multifunção e contribuindo para a primeirização das atividades permanentes. A proposta conquistada na luta pela FUP foi aprovada maciçamente pelos trabalhadores, em julho de 2007, nas assembléias, garantindo um plano de cargos com mecanismos democráticos e transparentes de progressão e mobilidade. Os trabalhadores do Sistema Petrobrás voltaram a ter avanço automático de nível, por antiguidade a cada 18 meses, além de progressão lateral na tabela, sem crivo gerencial ou limitação de verbas. Após dez anos de luta, a FUP conseguiu acabar com as discriminações salariais entre os trabalhadores admitidos antes e após 1997: os petroleiros que sofriam reduções de quase um terço em seus salários tiveram estas distorções corrigidas através da RMNR. Além disso, o novo PCAC garantiu a recomposição de até quatro níveis aos petroleiros que tiveram suas carreiras congeladas entre 1995 e 2002 e proporcionou, de imediato, pelo menos 5% de ganho real para todos os trabalhadores. Mais uma conquista da unidade nacional da categoria petroleira, através da FUP.

Este espaço é reservado para relembrar as principais conquistas da categoria petroleira ao longo dos anos 2000. Histórias de luta que reafirmam a importância da unidade nacional dos trabalhadores na FUP. Não ao divisionismo!

Edição 986 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av.Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763
Projeto gráfico e diagramação: Cláudio Camillo MTB 20478 Diretoria responsável por esta edição: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Estér, Leopoldino, Machado, Marlúzio, Moraes, Paulo César, Silva, Simão, Sinval e Ubiraney